

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023 - CHAMADA PÚBLICA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Este Termo de Referência tem como finalidade atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos Municípios Consorciados ao CIS-AMFRI, através de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO EM SAÚDE LOCAL (SUS).

1.2. Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para todos os locais (Unidades de Saúde) preestabelecidos como referência pelos municípios consorciados ao CISAMFRI que seguem:

1.2.1. Balneário Piçarras - Getúlio Vargas, 252 – Santo Antônio.

1.2.2. Balneário Camboriú - Rua 1500, nº 1100, Centro.

1.2.3. Bombinhas - Rua Canguru, nº 848, Centro.

1.2.4. Camboriú - Rua Porto Alegre, nº 698, Centro.

1.2.5. Ilhota - Rua Leoberto Leal, 160 – Centro.

1.2.6. Itajaí - Avenida Adolfo Konder, 250, São Vicente.

1.2.7. Itapema - Rua 129A, nº 130, Centro.

1.2.8. Luiz Alves - Rua Erich Gielow, 35 – Centro.

1.2.9. Navegantes - Rua José Romão, 350 – Gravatá.

1.2.10. Penha - Avenida Eugenio Krause, 2323 – Centro.

1.2.11. Porto Belo - Rua Félix Walendowski, nº 321, Balneário Perequê.

1.3. Os serviços deverão ser prestados nas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMFRI e compreendem os itens descritos abaixo com o respectivo valor unitário:

Tabela 01 - Descrição dos itens:

Item	Descrição do Item	Complemento	Valor do Item R\$
01	4 horas por dia.	Serviço de atendimento médico em saúde da família e comunidade, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante, com meta de 16 consultas por dia.	640,00

02	8 horas por dia.	Serviço de atendimento médico em saúde da família e comunidade, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante, com meta de 32 consultas por dia.	1.280,00
03	12 horas por dia.	Serviço de atendimento médico em saúde da família e comunidade, conforme portaria MS nº 2.436/17, em ambulatório médico ou unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante, com demanda livre de atendimento.	1.920,00
04	6 horas por dia.	Serviço de profissional enfermeiro, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	365,00
05	8 horas por dia.	Serviço de profissional enfermeiro, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	480,00
06	12 horas por dia.	Serviço de profissional enfermeiro, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	730,00
07	6 horas por dia.	Serviço de profissional técnico em enfermagem, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	276,00
08	8 horas por dia	Serviço de profissional técnico em enfermagem, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	368,00
09	12 horas por dia	Serviço de profissional técnico em enfermagem, conforme portaria MS nº 2.436/17, em unidade básica de saúde indicada pelo município solicitante.	552,00

1.3. Atribuições relativas aos itens da tabela 01 são além das previstas na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.4. Para o serviço especializado de **médico**:

1.4.1. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;

1.4.2. Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);

1.4.3. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

- 1.4.4. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- 1.4.5. Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- 1.4.6. Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe; e
- 1.4.7. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USB.
- 1.5. Para o serviço especializado de **enfermeiro**:
- 1.5.1. Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;
- 1.5.2. Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- 1.5.3. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- 1.5.4. Contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe
- 1.5.5. Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;
- 1.5.6. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.
- 1.5.7. Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- 1.5.8. Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;
- 1.5.9. Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
- 1.5.10. Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS;
- 1.5.11. Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS;
- 1.5.12. Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.
- 1.5.13. Manter os sistemas de informação da atenção básica atualizados.
- 1.6. Para os serviços especializados de **Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem**:
- 1.6.1. Participar das atividades de atenção à saúde realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);

1.6.2. Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta de material para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro, de acordo com sua área de atuação e regulamentação; e

1.6.3. Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

1.7. O rol de procedimentos descrito na tabela 01 não possui quantitativo estimado, pois a demanda será diluída entre os prestadores credenciados, sem gerar compromisso de escolha entre município e prestador.

1.8. Para fins de contratação, será utilizado a informação da “Capacidade Instalada” fornecida pelo próprio prestador de serviço.

1.9. O rol de procedimentos descrito na tabela 01 não possui quantitativo estimado, pois a demanda será diluída entre os prestadores credenciados, sem gerar compromisso de escolha entre município e prestador.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Visando garantir o atendimento aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CIS-AMFRI, que somam uma população de aproximadamente 747 mil habitantes, para SERVIÇOS TÉCNICOS EM SAÚDE LOCAL (SUS), a necessidade de contratação se justifica a fim de garantir de forma excepcional, temporária e emergencial que não haja interrupção na assistência à saúde da população, de forma que os usuários do sistema público de saúde não sejam prejudicados no acompanhamento, na conclusão e/ou encaminhamento de diagnóstico para tratamento e/ou reabilitação do seu estado de saúde;

2.2. A necessidade de suprir assistência em saúde na equipe mínima de Saúde da Família no período em que se realiza e homologa processo seletivo/concurso;

2.3. A necessidade de substituir profissionais em período de férias ou em períodos de afastamento e licença.

2.4. O Sistema Único de Saúde (SUS) é a denominação do sistema público de saúde brasileiro, foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, como forma de efetivar o mandamento constitucional do direito à saúde como um “direito de todos” e “dever do Estado” e está regulado pela Lei nº. 8.080/1990, a qual operacionaliza o atendimento público da saúde.

2.5. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem a finalidade de atuar na situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, seja por meio dos serviços estatais prestados pelos três entes federativos, ou através dos serviços privados conveniados ou credenciados com o poder público.

2.6. Com o advento do SUS, a saúde passou a ser um direito fundamental do ser humano, de forma que toda a população brasileira passou a ter direito à saúde universal e gratuita, com acesso igualitário.

2.7. É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, oferecendo aos que não possam arcar com o seu tratamento os meios necessários para tanto, conforme disciplinado pela Lei nº.8.080/1990, a saber:

Art. 2º “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

§ 1º “O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”.

2.8. As regulamentações do Sistema, em especial a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde trouxeram avanços significativos à regulação da participação privada no SUS. Essa participação deve

ocorrer quando esgotada a capacidade da rede pública de saúde, e a Carta Magna determinou ainda que a participação de instituições privadas no Sistema deve seguir diretrizes deste, a ser mediada por contratos de direito público.

2.9. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 197, ressalta que as ações de saúde são de relevância pública e, pela sua natureza, exigindo do administrador público soluções imediatas, no sentido de prevenir agravos ao usuário do Sistema Único de Saúde.

2.10. Por esses princípios, entende-se que os serviços públicos, sendo a forma pela qual o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não podem deixar de ser prestados.

2.11. Sendo assim, o Poder Público poderá recorrer ao serviço privado de saúde mediante celebração de contrato, convênio ou credenciamento, observadas as normas de Direito Público (art. 24 e § único da Lei Orgânica da Saúde e § 1º do art. 199 da Constituição). É o que se denomina de participação complementar do setor privado no sistema único de saúde.

2.12. Com efeito, a Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196), competindo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, por pessoa física ou jurídica de direito privado. A imutabilidade dos direitos dos cidadãos, a respeito de situações pré-constituídas, está albergada na Carta Magna no capítulo destinado aos “Direitos e Garantias Individuais”.

2.13. Atualmente, ainda existe grande dificuldade para universalizar o acesso da população à serviços de média e alta complexidade, notadamente os serviços de urgência e emergência.

2.14. Contratar e manter mão-de-obra especializada, gerenciar estoques e acompanhar as constantes inovações tecnológicas são alguns dos desafios que enfrentam hoje os gestores dos serviços públicos.

2.15. Nessa ordem de justificativas, tanto a Constituição Federal, como a Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal Nº 8.080, de 19/09/1990), permitem que o poder público ofereça serviço de saúde a população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º, da CRFB/88 e art. 24 da Lei orgânica da Saúde). E não poderia ser de outro modo, pois a Rede Pública não conta com estrutura suficiente para atendimento dos usuários dos serviços públicos, precisando contratar serviços complementares do setor privado.

2.16. A composição do valor de referência se baseia nos valores praticados na região, incluindo taxas e encargos.

2.17. A deliberação nº 38, de 13 de dezembro de 2022, dispõe sobre credenciamento de serviços técnicos em Saúde local ao SUS, na região desta CIR.

2.18. A tabela de serviços e valores passará por revisão da Comissão Intergestora Regional da Região do Rio Itajaí, ao longo dos meses de fevereiro e março dos anos em que este edital se mantiver aberto, ou sempre que necessário incluir um novo procedimento ou revisar valores.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Ao credenciado competirá:

3.1.1. Atender à solicitação do fornecimento do serviço, que será solicitado com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência ao e-mail do credenciado, informado no formulário de solicitação de credenciamento;

3.1.2. Garantir que o profissional designado esteja devidamente apto e registrado no Conselho de classe de Santa Catarina (CRO/SC, CRM/SC, COREN/SC ou outro).

3.1.3. Manter a Relação de Profissionais que compõem a equipe técnica atualizada junto ao CIS-AMFRI.

- 3.1.4. Atender a demanda agendada, com a meta mínima de 16 (dezesesseis) pacientes por período de 04 (quatro) horas, no caso de serviço médico;
- 3.1.5. Adequar-se ao horário de funcionamento da unidade de saúde para a qual foi designado cumprindo a quantidade de horas determinada, afim de garantir a cobertura de atendimento durante todo o período de funcionamento da unidade
- 3.1.6. Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- 3.1.7. Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao Município e/ou ao CIS-AMFRI sobre os serviços prestados de maneira adequada;
- 3.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- 3.1.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- 3.1.10. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- 3.1.11. Comunicar ao CIS-AMFRI, por escrito e com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 3.1.12. Utilizar formulários padrão, disponibilizados pelo município para a prescrição de medicamentos, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento;
- 3.1.13. Zelar e responsabilizar-se pelo patrimônio público disponibilizado ao desempenho de suas atividades.
- 3.1.14. Inserir-se na equipe, cumprindo todas as atribuições inerentes à função;
- 3.1.15. Encaminhar para faturamento:
- 3.1.15.1. As requisições do Sistema CIS-AMFRI;
- 3.1.15.2. O relatório de requisições/produção por município. Anexo VII;
- 3.1.15.3. Check-List de conferência, início do atendimento. Anexo VI;
- 3.1.15.4. Cópia da Cédula de Identidade Profissional emitida pelo Conselho de Classe Profissional;
- 3.1.16. Todos os documentos deverão estar assinados e carimbados pelo profissional e pelo responsável pela autorização do serviço do município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- 3.1.17. Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.
- 3.1.18. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 3.1.19. Fornecer ao responsável de cada Município, cópia da cédula de identidade do profissional designado a cada início de atendimento emitida pelo Conselho de Classe Profissional, cópia do comprovante de vínculo com profissional (contrato social, registro na carteira profissional ou contrato de trabalho) e a carta de apresentação que deverá conter no mínimo:
- 3.1.20. Nome do profissional;
- 3.1.21. Número do Registro no Conselho de Classe Profissional/SC;

3.1.22. Telefone de contato / E-mail;

3.1.23. Especialização/Residência;

3.1.24. Ciência de que recebeu total orientação das regras do edital.

3.2. Ao CIS-AMFRI competirá:

3.2.1. Realizar o sorteio para designar o prestador responsável pelo atendimento da demanda.

3.2.2. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os quantitativos autorizados pelo município.

3.2.3. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;

3.2.4. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

3.3. Ao Município competirá:

3.3.1. Solicitar o fornecimento do serviço com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por e-mail ao CIS-AMFRI.

3.3.2. Gerar guia do Sistema CIS-AMFRI, conforme orientações e fornecer ao prestador dentro do período de execução do serviço no município.

3.3.3. Disponibilizar consultório para a realização dos atendimentos, com a documentação para funcionamento e sanitária em dia.

3.3.4. Fornecer toda assistência e informações necessárias para uso dos bens ou serviços colocados à disposição do Prestador em decorrência dos atendimentos.

3.3.5. Acompanhar e apoiar, sistematicamente, a execução dos serviços, comunicando ao CIS-AMFRI e ao Prestador, quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;

3.3.6. Realizar agendamento em conformidade com meta de atendimento de 16 pacientes a cada 4 horas.

3.3.7. Disponibilizar agenda impressa constando lista de pacientes para controle e organização do prestador;

3.3.8. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

3.3.9. Acompanhar e apoiar, sistematicamente, a execução dos serviços, comunicando ao CIS-AMFRI e o Prestador, quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;

3.3.10. Checar as informações para início do atendimento, conforme check-list sugerido no anexo VI.

4. DOS VALORES, FATURAMENTO E PAGAMENTO

4.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com a Tabela constada no Anexo I – Termo de Referência do Edital, estando inclusos taxas de administração, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos, transporte, alimentação, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços, com exceção dos insumos para o atendimento especializado.

4.1.1. A tabela de valores, constante no Anexo I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Secretários Municipais de Saúde, dos municípios consorciados, à quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em Deliberação Colegiada, registrando a fonte dos valores base.

4.1.2. Havendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração.

4.2. Após a prestação do serviço, o Credenciado terá 30 (trinta) dias para faturar a “Guia de Autorização” do serviço executado, diretamente no sistema “on-line” disponibilizado pelo CIS-AMFRI.

4.2.1. Para o faturamento, a competência da produção mensal compreende o volume ou quantidade atendida entre o dia 1 ao dia 30 do mês;

4.2.2. Para faturamento dos atendimentos mensais, o credenciado enviará a produção do dia 01 até o dia 05 de cada mês;

4.2.2.1. O não cumprimento do prazo, acarretará na prorrogação do faturamento da produção para a competência subsequente, bem como do pagamento desta produção;

4.2.3. A documentação física a ser enviada pelo Credenciado para faturamento, deverá ser entregue na sede do Consórcio em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados:

4.2.3.1. Enviados em pacote ou envelope opaco fechado, com identificação expressa do destinatário – “SETOR DE FATURAMENTO DO CIS-AMFRI”, além da expressão “DOCUMENTO SENSÍVEL – ACESSO RESTRITO AO DESTINATÁRIO”;

4.2.3.2. A produção encaminhada divergente ao que trata a Lei Federal nº 13.709/2018, não serão recebidas para faturamento.

4.2.4. Para fins de auditoria, a documentação deverá ser encaminhada na sequência a seguir, após o período de produção (21 à 20 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CIS-AMFRI fixada na frente de todos os documentos adicionais:

4.2.4.1. Relatório gerado no sistema de gestão do CIS-AMFRI;

4.2.4.2. Relatório de requisições (ANEXO VII);

4.2.4.3. Guia de Autorização, emitida pelo município, a qual autoriza a prestação do serviço, devidamente assinada pelo responsável municipal, e Credenciado, juntamente com a relação de assinaturas diárias do profissional;

4.2.4.4. Check-List de conferência, início do atendimento (ANEXO VI);

4.2.4.5. Cópia da Cédula de Identidade Profissional emitida pelo CREMESC/COREN-SC, CREFITO-SC ou outro;

4.2.5. A produção encaminhada fora do padrão orientado no item 10.2.4, poderão ser devolvidas para adequação, prorrogando o faturamento, bem como o pagamento para a competência subsequente.

4.2.6. As não conformidades encontradas na auditoria, serão glosadas e informadas por e-mail ao credenciado para adequação. Caso apresentada defesa adequada, o pagamento das não conformidades, constarão na produção subsequente.

4.2.7. O relatório citado no item 10.2.4.1, deverá ser gerado no sistema de gestão do CIS-AMFRI acessado pelo credenciado, partir do faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CIS-AMFRI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.8. A recepção das Guias de Autorização é obrigatória para a geração do relatório de produção;

4.2.9. Relatório de sistema próprio do credenciado, não serão utilizados para fins de auditoria, sendo desnecessário seu envio, sendo descartado.

4.2.10. A sequência de faturamento da produção mensal, obedecerá a ordem cronológica de recebimento da produção na sede do consórcio.

4.2.11. Finalizada a auditoria, o credenciado será informado pelo setor de faturamento o valor aprovado para pagamento para emissão da Nota Fiscal;

4.2.12. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao e-mail, pelo qual foi recebida a solicitação de emissão.

4.2.12.1. O CIS-AMFRI, não considerará as NF enviadas pelos sistemas automáticos de emissão de NF.

4.2.12.2. Todas as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas acompanhadas das CNDs fiscais.

4.2.13. O pagamento da produção ocorrerá até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

4.2.14. O pagamento da Nota Fiscal, obedecerá a ordem cronológica de emissão.

4.2.15. Por mês de competência, haverá o pagamento de apenas uma NF.

4.2.16. Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CIS-AMFRI a realização de auditoria para aferição dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.2.17. O CIS-AMFRI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

4.2.18. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, seja do CIS-AMFRI, do usuário, paciente ou terceiro.

4.2.19. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

5. DO PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO

5.1. O presente credenciamento entrará em vigor a partir da data da sua publicação e tem validade por 60 (sessenta) meses.



5.2. Os contratos oriundos terão prazo de 12 (doze) meses e poderão ser prorrogados mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, por até 60 (sessenta) meses.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa Anual do CIS-AMFRI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar) – R\$ 3.580.000,00 (Três milhões quinhentos e oitenta mil reais)

7. DAS VISTORIAS TÉCNICAS

7.1. O CIS-AMFRI poderá compor comissão especial que realizará visitas técnicas nas instalações de qualquer interessado, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades deste Consórcio.

8. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FÍSICO/FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS

8.1. A escolha do prestador para atender a necessidade do município será por sorteio, realizado pelo CISAMFRI, com a respectiva publicação de ATA, garantindo a aplicação dos princípios constitucionais empregados nas contratações públicas.

8.2. Identificada à necessidade da prestação do serviço de saúde constante neste Edital, o município solicitará ao CIS-AMFRI que proceda o sorteio para indicação da empresa que fará o atendimento da demanda.

8.3. O sorteio será realizado na sede do CIS-AMFRI, sempre que haver mais de uma empresa interessada no atendimento da demanda, e ao final, será publicada uma ata indicando as participantes e a vencedora.

8.4. A vencedora ficará fora dos próximos sorteios até que todas as empresas tenham recebido demandas de atendimento.

8.5. Quando se esgotarem as empresas disponíveis, todas voltarão para o sorteio.

Itajaí – SC, 20 de março de 2023.

MÔNICA MÁRCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA

Diretora Administrativa

ANDRE FILIPE
COSTA:130271
68916

Assinado de forma
digital por ANDRE FILIPE
COSTA:13027168916
Dados: 2026.10.07
08:32:10 -03'00'

